



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2015



- atendimentos a servidores e chefias que visam à mudança de função comissionada.

QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR SOCIAL

As atividades de administração das atividades relativas à qualidade de vida e bem-estar social passaram a ser desenvolvidas pela Secretaria de Bem-Estar Social, por meio da Resolução/Presi 35 de 5 de outubro de 2015, a fim de manter a estrutura agrupada com as ações relativas à organização e ao funcionamento do Espaço Bem-Estar Ricardo Dutra Amaral.

ESPAÇO BEM-ESTAR RICARDO DUTRA AMARAL

Em funcionamento desde outubro de 2013, o espaço conta com unidade de fisioterapia, que tem por objetivo oferecer tratamento fisioterápico preferencialmente aos magistrados e servidores durante o expediente, buscando facilitar a realização da atividade em busca do restabelecimento de forma mais simples e rápida. Conta ainda com unidade de treinamento/condicionamento físico, que tem por objetivo principal o incentivo à prática de atividades físicas que auxiliem o corpo funcional desta Casa a manter uma vida saudável.

O Espaço oferece aulas semanais nas modalidades: dança de salão, charme, dança do ventre, pilates, *tae fight*, *jiu jitsu*, *kickboxing*, *yoga*, ginástica funcional, *zumba*, *krav maga* e *caratê*, em atendimento à demanda de servidores identificada por pesquisa realizada no âmbito da 1ª Região, em anos anteriores.

O Projeto “Vem de *bike* que é legal”, que incentiva a prática do ciclismo pelos servidores, tem o apoio logístico do Espaço Bem-Estar, que oferece vestiários e paraciclos para os que utilizam a bicicleta como meio de transporte para vir ao trabalho.

A Unidade de Fisioterapia conta com três fisioterapeutas, sendo uma servidora do quadro de pessoal do Tribunal e dois outros contratados por meio de terceirização de mão de obra. Foram realizadas 1.964 atendimentos em sessões de fisioterapia.

A Unidade de Treinamento e Condicionamento Físico é ainda utilizada pelos agentes de segurança do Tribunal, para os treinamentos físicos necessários ao exercício da profissão.

PROGRAMAS E CAMPANHAS

■ Programa de Avaliação Periódica da Saúde dos Servidores (PAPSS)

O Programa Exame Periódico de Saúde – EPS iniciou-se em junho de 2007. O EPS é instrumento imprescindível para que se conheça o perfil epidemiológico do Tribunal e das seções judiciárias e, conseqüentemente, se estabeleça a política de saúde para os servidores do Tribunal e das seções e subseções jurisdicionadas.



QUADRO 65
Exame periódico de saúde

Servidores convocados	1.100
Pré-consulta – enfermagem	804
Consulta médica	561
Desembargadores convidados	25
EPS completo	561
Admissional – consultas	73

■ Programa de Prevenção e Controle de Riscos Cardiovasculares

O Serviço de Saúde do Tribunal realizou a XVI Semana do Coração, no período de 28 de setembro a 2 de outubro, alcançando os objetivos propostos:

- educação em saúde sobre a prevenção, causas, sinais e sintomas e prognóstico da hipertensão arterial;
- aferição da pressão arterial (PA) de magistrados, servidores, prestadores de serviços e estagiários em seus ambientes de trabalho;
- medição da circunferência abdominal dos interessados;
- rastreamento de novos casos de hipertensão arterial;
- recomendação de nova aferição para os que apresentaram valores maior ou igual a 140x90 mmHg, para confirmar ou não possível patologia;
- realização de encaminhamentos para o cardiologista e/ou para a equipe de saúde da Divisão de Assistência à Saúde – Diasa, quando necessário.

Entre as atividades desenvolvidas, foram realizadas ainda medição da circunferência abdominal e aferição da pressão arterial nos locais de trabalho, exames de glicemia capilar, bioimpedância, IMC e tonometria, além de verificação da proteção de óculos escuros, em parceria com instituições de saúde credenciadas pelo Pro-Social.

■ Programa de imunização contra a gripe

O TRF 1ª Região promove campanha de vacinação contra a gripe desde 1999 para desembargadores e servidores como política de prevenção de saúde e de absenteísmo ao trabalho. Em 2015 a campanha foi realizada no período de 11 a 15 de maio de 2015, nos edifícios-sede e anexos do Tribunal, na Gráfica e na Base Operacional. Foram adquiridas e aplicadas 775 doses.

■ Programa de Segurança Ocupacional

A área de saúde ocupacional realizou o acompanhamento e monitoramento de conformidades ocupacionais com visitas a postos de trabalho e áreas de risco do Tribunal,



que resultaram em recomendações de ações corretivas e preventivas para minimização de riscos para a saúde e a segurança, de conscientização sobre a importância do uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e sobre ergonomia nos postos de trabalhos.

QUADRO 66
Visita aos postos de trabalho – ações realizadas

Postos avaliados		107
Principais recomendações formuladas para minimização de riscos à saúde e à segurança	Ajustes no posto/equipamento	42
	Substituição de móveis/equipamentos	9
	Correção de iluminação	23

As notificações de acidente/incidente de trabalho tiveram avaliação local das conformidades ocupacionais, com proposição de correções de eventuais inadequações.

QUADRO 67
Notificação a servidores e terceirizados

Incidente/acidente sem gravidade	40
Acidente com afastamento	7
Total	47

■ Programa materno-infantil

O Programa materno-infantil visa incentivar e possibilitar o aleitamento materno durante o primeiro ano de vida, promover a integração mãe-bebê e o pleno desenvolvimento da criança, filho(a) de servidoras e juízas do Tribunal e da Seção Judiciária do Distrito Federal.

O Programa atendeu a 27 crianças, com suporte técnico da equipe multiprofissional de saúde, que realiza o acompanhamento dos bebês e a orientação técnica às mães e às cuidadoras do berçário.

■ Projeto Superação - Assistência Social

A área de serviço social deu continuidade ao Projeto Superação – acompanhamento hospitalar/domiciliar para atendimento social, realizado no próprio Tribunal ou em visitas hospitalares e domiciliares, voltado, principalmente, aos beneficiários do Pro-Social, em quaisquer situações de vulnerabilidade social: identificação de abuso, negligência, maus tratos e casos de dependência química. O projeto visa solucionar as demandas apresentadas pelo paciente ou pela família no que se refere ao atendimento hospitalar oferecido pela instituição credenciada pelo Pro-Social onde o beneficiário estiver internado. Após a alta hospitalar, a equipe de serviço social continua o acompanhamento sempre que a demanda extrapolar a questão da saúde física, ou seja, quando questões familiares e so-



ciais precisarem ser abordadas também. Nesse caso, é trabalhado o aspecto psicossocial, com o objetivo de prestar orientação quanto às relações individuais e do grupo familiar.

QUADRO 68

Projeto Superação – acompanhamento hospitalar/domiciliar

Relatórios emitidos pela Audicare, utilizados para conhecimento da clientela a ser atendida	91
Beneficiários internados atendidos	66
Visitas hospitalares, domiciliares e nas dependências do Setor de Serviço Social	64

■ Projeto de acompanhamento aos servidores em licenças prolongadas ou recorrentes

O Projeto de acompanhamento aos servidores em licenças prolongadas ou recorrentes acompanha os servidores em licença para tratamento da própria saúde ou por motivo de doença em pessoa da família cujo período seja de 30 dias ou mais, seguidos ou não, priorizando aqueles que apresentam neoplasias; transtornos mentais e comportamentais; doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo; traumatismos e lesões.

131

■ Projeto Doe Sangue, Doe Vida

O Projeto Doe Sangue, Doe Vida tem a finalidade de estimular a responsabilidade social dos servidores e auxiliar os bancos de sangue do Distrito Federal na coleta e no cadastramento de voluntários à doação de medula ósea. Em 2015 foi realizado em parceria com o Serviço Social da Seção Judiciária do Distrito Federal.

QUADRO 69

Projeto Doe Sangue, Doe Vida

Total de doadores cadastrados no projeto	398
Campanhas de doação de sangue realizadas com encaminhamento para o Hemocentro e para os bancos de sangue da rede credenciada	9
Doadores encaminhados para doação de sangue	75

MELHORIA E AUTOGERENCIAMENTO DO PERFIL PESSOAL E PROFISSIONAL DO SERVIDOR NO AMBIENTE DE TRABALHO

O plano de ações para busca da melhoria e do autogerenciamento do perfil pessoal e profissional do servidor no ambiente de trabalho priorizou atividades voltadas ao Programa de melhoria do ambiente de trabalho, com vistas a sanar pontos críticos revelados pela Pesquisa de qualidade de vida no trabalho, finalizada em 2012, de modo a alinhar os recursos, otimizar os processos, identificar falhas, aperfeiçoar a comunicação, a produtividade e a efetividade das ações no contexto laboral, a fim de assegurar o alcance dos objetivos estratégicos.



O Programa tem a prerrogativa de valorizar o talento humano, de forma a planejar e implementar ações de caráter institucional e multidisciplinar que viabilizem a construção de um ambiente de trabalho agradável, integrado ao desenvolvimento do indivíduo e às condições de trabalho.

Em virtude da necessidade de capacitar servidores para atuar nas unidades do Tribunal, foram priorizadas as ações direcionadas ao desenvolvimento das habilidades e competências técnicas do grupo formado para a implementação do Programa.

A seguir, mencionam-se as principais atividades realizadas em 2015.

QUADRO 70
Programa de melhoria do ambiente de trabalho

Atividades	Observações	Carga Horária	Data
Projeto estratégico: ações conjuntas	Projeto estratégico da Secretaria de Recursos Humanos referente ao Planejamento Estratégico 2015-2020	–	Fev./2015
Capacitação de facilitadores – (Contrato Sinergia)	Capacitação – teoria: 1, 2, 12 e 19/06/2015	16h	1, 2, 12 e 19/06
Capacitação de facilitadores – curso: Análise e intervenção no ambiente de trabalho por meio da ergonomia organizacional (Contrato Marketcoaching)	Capacitação – teoria e prática: 9, 12, 16 e 19/11/2015	35h	11/11 a 12/12
Projeto estacione – soluções alternativas para problemas de estacionamento nas proximidades do TRF	Transporte disponibilizado pelo Tribunal no percurso Centrejufe/TRF1/Centrejufe. Ativo – 11 servidores usam o estacionamento do Centrejufe	–	Fev. e mar.
Pausas preventivas Referências: NR 17 e Portaria 29 de 12/02/2015 Elaboração de vídeo para divulgação da cartilha no âmbito da 1ª Região	Fases I – Pesquisa e estudo; II – cartilha sobre orientações ergonômicas, elaborada pelo Senado Federal em parceria entre Senado Federal e TRF1ª Região; III – edição, revisão e publicação da cartilha; IV – distribuição das cartilhas nas unidades do TRF, seções e subseções da Justiça Federal da 1ª Região; V – elaboração do vídeo e posterior disponibilidade no portal do TRF	–	–
Página de QVT no portal do TRF	Criação de página para disponibilizar informações relativas à qualidade de vida no trabalho como legislação, cartilha, vídeo, entre outras informações úteis aos servidores e colaboradores do Tribunal	–	Fev. e mar.



ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Entre as ações de bem-estar social, o Tribunal promove a assistência direta e indireta à saúde dos magistrados e servidores. A assistência direta corresponde à prestação de assistência médica, odontológica, psicológica, social e de enfermagem realizada nas dependências do Tribunal e das seções judiciárias para todos os magistrados, servidores ativos e inativos e pensionistas, independentemente de inscrição no Pro-Social.

O corpo profissional que presta os serviços de assistência direta é integrado por médicos, odontólogos e outros servidores do quadro efetivo do TRF, auxiliados por profissionais da área da saúde, contratados mediante terceirização de mão de obra custeada com recursos próprios do Pro-Social.

A assistência indireta é aquela prestada aos beneficiários do Pro-Social por meio de rede credenciada, tanto no domicílio dos beneficiários quanto em centros de excelência, que podem ser utilizados, tanto por livre escolha quanto por meio de tratamento fora do domicílio autorizado pela Secbe.

ASSISTÊNCIA DIRETA

Durante o ano de 2015, a clientela atendida distribuiu-se da maneira apresentada nos quadros a seguir, conforme a área que prestou os atendimentos.

QUADRO 71
Clientela atendida por especialidade no serviço de saúde

Clientela	Atend. médico	% méd.	Atend. enfermagem	% enf.	Atend. odontologia	% odont.	Atend. psicologia	% psicol.	Atend. fisioterapia	% fisio.
Desembargador/ juiz federal	167	2,57	196	1,25	87	1,75	6	0,61	83	2,47
Servidor	4.472	68,75	6.961	44,52	2.500	50,24	549	55,91	2.623	78,00
Dependente	755	11,61	554	3,54	2.251	45,24	395	40,22	657	19,54
Estagiário/ terceirizado	1.090	16,76	7.523	48,12	97	1,95	32	3,26	–	0
Outros	21	0,32	400	2,56	41	0,82	–	0	–	0
Total	6.505		15.634		4.976		982		3.363	



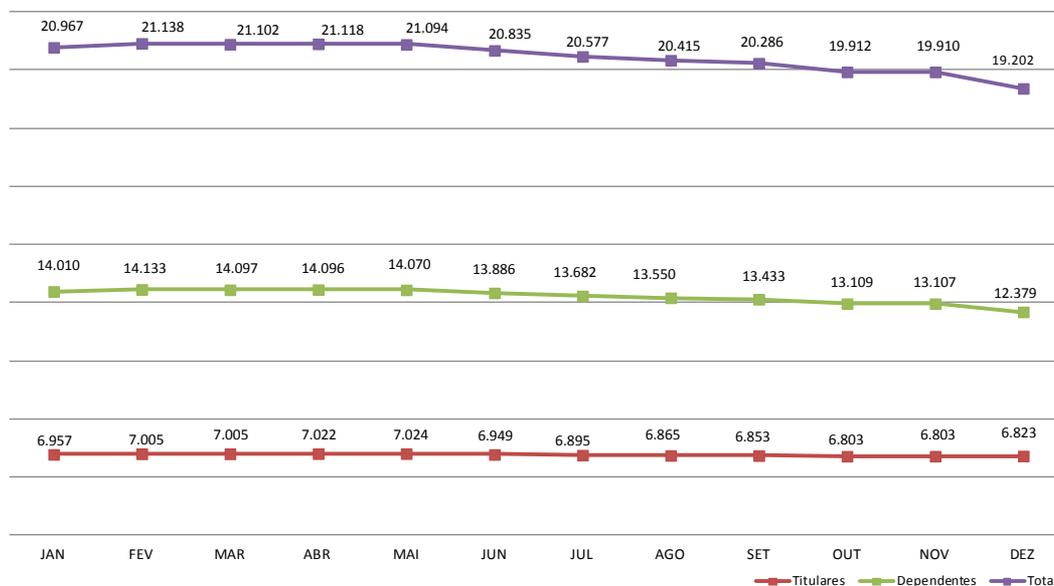
QUADRO 72
 Clientela atendida em procedimentos da junta médica e pericial

Perícias	Totais
Perícias presenciais	663
Perícias documentais	3.199
Juntas médicas	
Juntas médicas ocupacionais/administrativas	182
Juntas médicas solicitadas pelo Pro-Social	78
Quantidade de dias de afastamento dos atestados homologados	13.870

Foram prestados, ainda, 350 atendimentos de nutrição para orientação dietética, atendimentos a filhos de magistradas e servidoras do Tribunal e da Seção Judiciária do Distrito Federal admitidos no berçário do Tribunal e realizadas inspeções no restaurante do Tribunal.

ASSISTÊNCIA INDIRETA

GRÁFICO 14
 Evolução do quantitativo de beneficiários do Pro-Social





QUADRO 73
Beneficiários do Pro-Social - 31/12/2015

Tipos	TRF	AC	AM	AP	BA	DF	GO	MA	MT	MG	PA	PI	RO	RR	TO	Totais
Titulares ativos	981	110	197	168	788	643	534	294	280	956	366	193	192	85	144	5.931
Dependentes de ativos	1.882	224	360	342	1.384	1.077	1.035	660	467	1.886	737	466	375	188	297	11.380
Subtotal ativos	2.863	334	557	510	2.172	1.720	1.569	954	747	2.842	1.103	659	567	273	441	17.311
Titulares inativos	169	18	26	18	77	152	48	26	42	179	34	17	14	22	12	854
Dependentes de inativos	166	26	28	23	79	135	57	27	44	164	30	16	11	23	20	849
Subtotal inativos	335	44	54	41	156	287	105	53	86	343	64	33	25	45	32	1.703
Titulares pensionistas	26	7	4	1	14	33	19	21	4	22	19	6	8	1	0	185
Dependentes de pensionista	3	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Subtotal pensionistas	29	7	4	1	14	33	20	21	4	22	19	6	8	1	0	189
Total de titulares	1.176	135	227	187	879	828	601	341	326	1.157	419	216	214	108	156	6.970
Total de dependentes	2.051	250	388	365	1.463	1.212	1.092	687	511	2.050	767	482	386	211	317	12.232
Total	3.227	385	615	552	2.342	2.040	1.693	1.028	837	3.207	1.186	698	600	319	473	19.202



CRENCIAMENTOS

No ano de 2015, foram feitos 331 credenciamentos de hospitais, clínicas e profissionais de saúde, das mais diversas áreas de saúde, oferecidos aos beneficiários do Programa.

Entre os credenciamentos, destacam-se os realizados com as operadoras Unimed Norte/Nordeste, em âmbito nacional, e com a Saúde Caixa, atuando na Bahia, em 2015, com perspectiva de se executar, em 2016, o atendimento a outros estados, ampliando-se a área de cobertura do Pro-Social e garantindo-se o atendimento aos beneficiários titulares e familiares.

QUADRO 74
Atividade de credenciamento

Tipo	Quantidade
Propostas analisadas para credenciamento	58
Novos credenciados	29
Credenciados na área médica	18
Credenciados na área odontológica	11
Termos aditivos	18
Termos aditivos em negociação	4
Termos de rescisão	5
Propostas de reajuste analisadas	30

GESTÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO PRO-SOCIAL

As despesas decorrentes dos serviços e benefícios do Programa têm seus custos cobertos parcialmente com recursos provenientes do orçamento da União e complementarmente com as contribuições mensais e diretas dos beneficiários associados (recursos próprios).

A contribuição fixa dos beneficiários do Programa é estabelecida de acordo com as faixas etárias especificadas pela ANS, que apresenta o custo médico e odontológico segundo a idade dos beneficiários, conforme estabelecido pelo Regulamento Geral do Pro-Social – RGPS (Resolução Presi/Secbe 9 de 23 de abril de 2014).

Apresentam-se a seguir os quadros e gráfico demonstrativos da gestão do Pro-Social no exercício de 2015, sob a perspectiva da execução financeira e orçamentária dos recursos quanto à sua aplicação e utilização.



QUADRO 75
Custo mensal, *per capita*, médico-hospitalar e odontológico

Idade ANS	Faixa	Médico-hospitalar jan.-dez. 2015 (R\$)	Custo médico <i>per capita</i> (R\$)	Odonto jan.-dez. 2015 (R\$)	Custo odonto <i>per capita</i> (R\$)	Despesa mensal médica + odonto (R\$)	Beneficiários ativos 31/12/2015	Custo mensal med. + odonto <i>per capita</i> (R\$)	Despesas em 2015 (R\$)
0 a 18 anos	faixa 1	9.617.781,35	149,42	1.334.608,83	20,73	912.699,18	5.364	170,15	10.952.390,18
19 a 23 anos	faixa 2	4.438.808,17	284,32	423.055,86	27,10	405.155,34	1.301	311,42	4.861.864,03
24 a 28 anos	faixa 3	1.412.690,84	308,18	171.106,89	37,33	131.983,14	382	345,51	1.583.797,73
29 a 33 anos	faixa 4	2.818.443,66	245,17	301.989,86	26,27	260.036,13	958	271,44	3.120.433,52
34 a 38 anos	faixa 5	5.616.848,98	331,03	501.163,90	29,54	509.834,41	1.414	360,56	6.118.012,88
39 a 43 anos	faixa 6	6.379.217,83	317,00	929.926,04	46,21	609.095,32	1.677	363,21	7.309.143,87
44 a 48 anos	faixa 7	8.364.923,79	347,67	1.282.394,64	53,30	803.943,20	2.005	400,97	9.647.318,43
49 a 53 anos	faixa 8	11.841.570,73	487,55	1.696.576,03	69,85	1.128.178,90	2.024	557,40	13.538.146,76
54 a 58 anos	faixa 9	6.338.303,18	451,83	1.157.471,87	82,51	624.647,92	1.169	534,34	7.495.775,05
+ de 59 anos	faixa 10	34.653.094,87	993,04	1.944.411,27	55,72	3.049.792,18	2.908	1.048,76	36.597.506,14
		91.481.683,40		9.742.705,19		8.435.365,72	19.202		101.224.388,59

Fonte: Secbe.

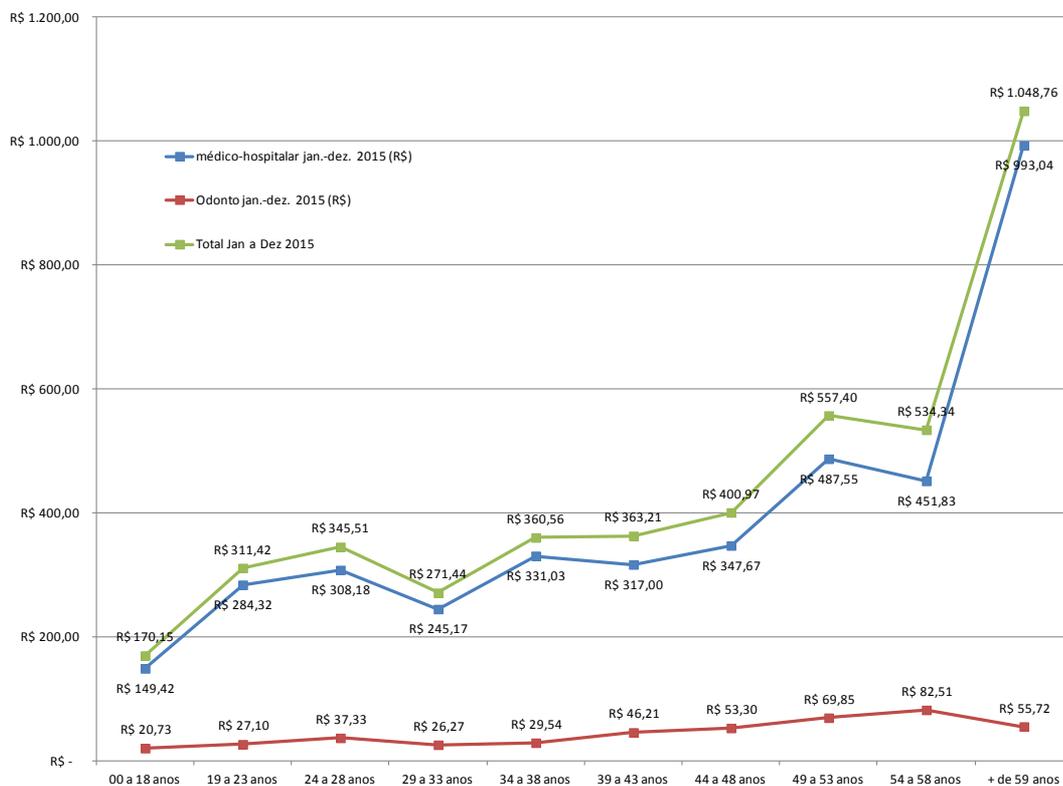
Notas:

(1) Os dados acima consideram as despesas brutas da área médico-hospitalar e odontológica, sem considerar os retornos possíveis de custeios das despesas realizadas.

(2) Os dados de beneficiários consideram apenas os que estão como associados do Pro-Social.

(3) O total de despesa apurada não representa o total de despesa efetivamente paga.

GRÁFICO 15
Custo mensal, por faixa etária, das despesas médicas e odontológicas



Fonte: Secbe.

QUADRO 76
Despesa do Pro-Social por benefícios

I – Despesas – área social	Total 2014 (R\$)	Mensal 2014 (R\$)	Mensal 2015 (R\$)	Total 2015 (R\$)	Varição %
Pro-Bem PJ	162.858,56	13.571,55	–	–	-100,00
Pro-Bem PF	279,84	23,32	–	–	-100,00
INSS Patronal Pro-Bem	55,97	4,66	–	–	-100,00
Total	163.194,37	13.599,53	–	–	-100,00



II – Despesas médicas	Total 2014 (R\$)	Mensal 2014 (R\$)	Mensal 2015 (R\$)	Total 2015 (R\$)	Varição %
Consulta médica	6.504.934,70	542.077,89	282.640,60	3.391.687,24	-47,86
EPS	225.900,64	18.825,05	25.949,96	311.399,54	–
Exames cardiológicos	1.157.090,65	96.424,22	46.144,16	553.729,93	-52,14
Exames laboratoriais	15.443.068,23	1.286.922,35	1.825.870,36	21.910.444,37	41,88
Exames radiológicos	2.480.118,91	206.676,58	72.747,90	872.974,82	-64,80
Fonoaudiologia	297.430,99	24.785,92	49.615,12	595.381,45	100,17
Materiais de consumo	9.954.282,47	829.523,54	882.968,70	10.595.624,43	6,44
Internações – honorários	10.386.380,05	865.531,67	1.372.851,72	16.474.220,62	58,61
Medicamentos de consumo	9.961.216,17	830.101,35	947.649,82	11.371.797,87	14,16
Internações – taxas e diárias	7.969.111,16	664.092,60	692.114,24	8.305.370,86	4,22
Internações – OPMES	6.394.838,38	532.903,20	487.236,93	5.846.843,21	-8,57
Junta médica – não beneficiário	10.773,48	897,79	–	–	-100,00
Medicina física e reabilitação	1.208.528,12	100.710,68	40.187,72	482.252,58	-60,10
Outros exames e procedimentos	4.041.512,29	336.792,69	236.853,71	2.842.244,46	-29,67
Psicologia	1.303.654,08	108.637,84	208.843,72	2.506.124,68	92,24
Quimioterapia	393.626,88	32.802,24	22.748,27	272.979,19	-30,65
Subtotal	77.732.467,20	6.477.705,60	7.194.422,94	86.333.075,25	11,06
INSS – patronal-médica	5.704.963,32	475.413,61	394.590,25	4.735.082,98	-17,00
Total	83.437.430,52	6.953.119,21	7.589.013,19	91.068.158,23	9,15

III – Despesas odontológicas	Total 2014 (R\$)	Mensal 2014 (R\$)	Mensal 2015 (R\$)	Total 2015 (R\$)	Varição %
Cirurgia	272.642,35	22.720,20	23.890,17	286.682,00	5,15
Consulta odontológica	1.110.384,16	92.532,01	90.614,83	1.087.377,97	-2,07
Dentisteria	1.001.509,60	83.459,13	87.133,23	1.045.598,80	4,40
Endodontia	432.957,50	36.079,79	35.003,67	420.044,00	-2,98



III – Despesas odontológicas	Total 2014 (R\$)	Mensal 2014 (R\$)	Mensal 2015 (R\$)	Total 2015 (R\$)	Variação %
Odontopediatria	92.726,00	7.727,17	7.718,12	92.617,42	-0,12
Ortodontia	587.567,40	48.963,95	34.292,83	411.513,91	-29,96
Outros exames e procedimentos – odontológicos	1.493,35	124,45	406,65	4.879,77	226,77
Testes laboratoriais odontológicos	44	3,67	–	–	-100,00
Perito despesas odontológicas PF	19.377,58	1.614,80	632,16	7.585,90	-60,85
Perito não beneficiário	7.163,47	596,96	234,43	2.813,15	-60,73
Periodontia	539.964,09	44.997,01	51.227,57	614.730,80	13,85
Prevenção	1.082.218,00	90.184,83	98.610,53	1.183.326,34	9,34
Prótese dentária	3.680.992,00	306.749,33	299.370,09	3.592.441,10	-2,41
Radiologia	848.872,65	70.739,39	75.671,46	908.057,50	6,97
Subtotal	9.677.912,15	806.492,68	804.805,72	9.657.668,66	-0,21
INSS Patronal-odontológica	753.513,35	62.792,78	41.546,81	498.561,70	-33,84
Total	10.431.425,50	869.285,46	846.352,53	10.156.230,36	-2,64
IV – Despesas – área administrativa	Total 2014 (R\$)	Mensal 2014 (R\$)	Mensal 2015 (R\$)	Total 2015 (R\$)	Variação %
Contratos – locação de mão de obra e auditoria médica	9.836.878,26	819.739,86	632.151,30	7.585.815,54	-22,88
Despesa administrativa Saúde Caixa	0,00	–	3.952,28	47.427,38	–
Passagens e hospedagem (TFD)	63.898,35	5.324,86	5.279,47	63.353,60	-0,85
Assinatura – Simpro/ Brasíndice	14.689,04	1.224,09	2.980,84	35.770,04	143,52
Manutenção de sistema/ equipamento	0,00	–	17.514,08	210.169,00	–
Suporte em TI	144.619,52	12.051,63	13.728,00	164.736,00	13,91
Total	10.060.085,17	838.340,43	675.605,96	8.107.271,56	-19,41
Total geral	104.092.135,56	8.674.344,63	9.110.971,68	109.331.660,15	5,03

Fonte: Secbe.



QUADRO 77
Composição dos recursos do Pro-Social

2014		2015	
Saldo em 31/12/2013	44.215.200,88	Saldo em 31/12/2014	53.113.869,20
Contribuição social titular	31.607.107,26	Contribuição social titular	19.781.782,50
Contribuição social dep. direto	15.300.608,02	Contribuição social dep. direto	24.055.846,70
Contribuição social dep. indireto	1.697.532,16	Contribuição social dep. indireto	–
Cota do associado	249.744,54	Cota do associado	–
Custeios diversos	8.224.203,52	Custeios diversos	9.524.140,00
Outros	322.138,13	Outros	71.705,18
Rendimentos	4.829.737,58	Rendimentos	8.347.930,07
Total	62.231.071,21	Total	61.781.404,45
Saldo em 31/12/2014	53.113.869,20	Saldo em 31/12/2015	87.189.591,64
Dotação orçamentária 2014	46.471.708,17	Dotação orçamentária 2015	82.630.472,00
Restos a pagar inscritos de 2013	2.624.526,17	Restos a pagar inscritos de 2014	2.292.292,58
Receita orçamentária Total 2014	49.096.234,34	Receita orçamentária total 2015	84.922.764,58

141

Fonte: Secbe.

QUADRO 78
Demonstrativo de receitas e despesas – recursos da União

Mês	Restos a pagar executados	Receitas	Despesas	Saldo
jan/15	215.176,34	2.308.009,40	335.112,12	1.972.897,28
fev/15	1.495.860,86	7.722.965,21	4.051.794,78	5.644.067,71
mar/15	171.460,82	11.646.728,85	10.293.604,16	6.997.192,40
abr/15	0,00	7.292.396,63	8.019.111,35	6.270.477,68
mai/15	104.541,84	8.387.375,62	10.622.216,54	4.035.636,76
jun/15	177.922,52	13.895.898,09	6.155.728,85	11.775.806,00
jul/15	1.375,21	8.784.933,72	11.364.405,40	9.196.334,32
ago/15	0,00	8.525.340,59	8.289.275,52	9.432.399,39
set/15	40.966,60	6.452.725,88	8.040.772,75	7.844.352,52
out/15	138,26	4.267.226,77	7.218.656,28	4.892.923,01
nov/15	0,00	2.177.589,88	4.569.339,48	2.501.173,41
dez/15	170,49	1.169.281,36	2.287.863,42	1.382.591,35
Total 2015	2.207.612,94	82.630.472,00	81.247.880,65	1.382.591,35

Fonte: Secbe.



QUADRO 79
Demonstrativo de receitas e despesas - recursos próprios

Saldo anterior	Receitas						Despesas	Saldo
	Contribuição	Contribuição dep. direto	Custeios diversos	Rendimentos	Outras	Total		
53.113.869,20	1.617.019,46	1.999.967,43	801.859,38	457.599,95	7.770,62	4.884.216,84	2.432.773,34	55.565.312,70
55.565.312,70	1.621.842,30	2.003.107,49	588.903,91	421.846,34	5.426,04	4.641.126,08	678.030,00	59.528.408,78
59.528.408,78	1.645.375,62	2.020.571,70	747.480,39	563.790,59	4.351,94	4.981.570,24	859.092,57	63.650.886,45
63.650.886,45	1.639.604,13	2.004.199,68	860.637,58	545.388,41	6.636,08	5.056.465,88	758.202,93	67.949.149,40
67.949.149,40	1.645.303,10	2.001.031,14	782.760,03	615.844,22	8.295,18	5.053.233,67	1.885.221,47	71.117.161,60
71.117.161,60	1.646.029,77	2.003.599,70	880.337,46	671.202,62	7.031,18	5.208.200,73	1.792.507,57	74.532.854,76
74.532.854,76	1.650.833,80	2.001.598,54	757.902,58	780.421,13	6.627,04	5.197.383,09	499.789,90	79.230.447,95
79.230.447,95	1.650.940,69	1.994.331,35	877.495,90	774.719,09	5.079,62	5.302.566,65	699.013,37	83.834.001,23
83.834.001,23	1.658.968,70	2.003.272,73	804.847,69	811.988,17	5.913,54	5.284.990,83	456.337,59	88.662.654,47
88.662.654,47	1.664.073,27	2.007.681,51	785.078,95	847.845,55	5.323,12	5.310.002,40	882.754,76	93.089.902,11
93.089.902,11	1.667.978,02	2.005.582,36	777.474,00	884.207,70	6.105,12	5.341.347,20	5.859.041,12	92.572.208,19
92.572.208,19	1.673.813,64	2.010.903,07	859.362,13	973.076,30	3.145,70	5.520.300,84	10.902.917,39	87.189.591,64
	19.781.782,50	24.055.846,70	9.524.140,00	8.347.930,07	71.705,18	61.781.404,45	27.705.682,01	87.189.591,64

Fonte: Secbe.



Conforme se verifica nos quadros de composição de recursos e demonstrativo de receita e despesas, o Pro-Social apresentou resultado superavitário pelo segundo ano consecutivo em 2015. Esse superávit é decorrente do incremento da receita obtido por meio de emendas parlamentares à Lei Orçamentária de 2015 e do aperfeiçoamento da gestão do Programa, que priorizou o saneamento de gastos e o aprimoramento dos processos internos de trabalho. A receita excedente foi revertida para a recomposição da reserva técnica financeira do Programa.

TRANSPARÊNCIA

A área de bem-estar do Tribunal tem a obrigação de prestar contas de suas receitas e despesas não somente aos conselheiros do Pro-Social, mas também aos seus beneficiários. Os relatórios de despesa e receita extraídos do Sistema e-Prosocioal, por meio do *software* BI (Business Intelligence), em parceria com a área de tecnologia da informação, são disponibilizados mensalmente na intranet, após apresentação ao Conselho Deliberativo do Pro-Social, nos termos do art. 60, parágrafo único, do Regulamento Geral do Pro-Social (RGPS), de 23 de abril de 2014.

A busca pela sustentabilidade, organização e eficiência do Pro-Social requer constantemente ações que visem ao aperfeiçoamento, tanto do planejamento como da execução dos serviços de assistência à saúde, bem como à correção constante de eventuais distorções.

Foi dada continuidade à melhoria dos processos internos de trabalho pela conversão/migração dos processos administrativos físicos para eletrônicos, racionalizando-se os fluxos de tramitação dos processos e, com isso, garantindo-se mais transparência, agilidade e rapidez à prestação da assistência à saúde aos beneficiários.

A empresa contratada para avaliação atuarial do Pro-Social emitiu relatório da avaliação atuarial do programa levado à apreciação do Conselho Deliberativo, que autorizou a publicação na página eletrônica, junto com os relatórios financeiros do Programa. O estudo atuarial tomou por base as informações contábeis e financeiras do período de jan/2012 a dez/2014. O parecer atuarial indicou que o Programa se encontra atualmente em equilíbrio e que, embora o custo médio assistencial líquido por beneficiário se tenha elevado, ocorreu redução na morbidade populacional e nas consultas. As recomendações do relatório estão, basicamente, centradas na fixação de moderador de utilização e no estancamento/limitação de endividamento dos beneficiários. Diante das recomendações, foi apresentada ao Conselho Deliberativo proposta de alteração evolutiva do RGPS em dezembro de 2015, tendo sido a discussão adiada para o exercício de 2016.

CONSELHO DELIBERATIVO DO PRO-SOCIAL

O Conselho Deliberativo do Pro-Social é integrado pelo presidente do Tribunal, por dois representantes dos magistrados, dois representantes dos servidores, pelo diretor-geral da Secretaria, pelo diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas (SecGP) e pelo diretor da Secretaria de Controle Interno (Secoi), conforme composição estabelecida pelo



art. 68 do Regulamento Geral do Pro-Social (RGPS), aprovado pela Resolução Presi/Secbe 9 de 23 de abril de 2014, vigente a partir de 1º de julho de 2014.

A designação dos dois representantes dos magistrados, um ativo e outro inativo, ocorreu por meio da Portaria/Presi/Secbe 230 de 11 de julho de 2014, mediante indicação do presidente do Tribunal, na forma do RGPS.

Os representantes dos servidores ativos e inativos foram escolhidos mediante eleição direta, entre candidatos servidores do Tribunal e da Seção Judiciária do Distrito Federal, que obedeceu às disposições da Portaria Presi/Secbe 222 de 3 de julho de 2014, cuja votação foi operacionalizada por meio do sítio do Tribunal na internet, aberta à participação de todos os beneficiários titulares no Programa em exercício no Tribunal e nas seções judiciárias da 1ª Região. A nomeação ocorreu por meio da Portaria/Presi/Secbe 264 de 8 de agosto de 2014.

O Conselho Deliberativo do Pro-Social é o órgão responsável pela qualidade, eficácia e desenvolvimento dos serviços e benefícios oferecidos pelo Programa, pelo exame e aprovação de propostas de modificação das normas do Programa, julgamento de recursos interpostos contra atos praticados na administração do programa, entre outras atribuições.

A atuação de seus membros foi fundamental para execução de medidas de aporte, saneamento e conservação de recursos, que geraram resultado superavitário em 2015, revertido para recomposição da reserva financeira do Programa.

No ano de 2015, foram realizadas oito sessões do Conselho Deliberativo do Pro-Social, tendo sido analisados 79 processos administrativos.